



CÓD: OP-132AG-23  
7908403541195

# TRT-SC

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DE SANTA CATARINA  
12ª REGIÃO

450 questões gabaritadas

**GABARITANDO**

Técnico judiciário- área administrativa

## ***Questões Gabaritadas***

1. Língua Portuguesa .....	5
2. Matemática e Raciocínio Lógico .....	29
3. Legislação.....	37
4. Noções de Direito Constitucional.....	53
5. Noções de Direito Administrativo .....	71
6. Noções de Administração Pública.....	87
7. Noções de Direito do Trabalho .....	103
8. Noções de Direito Processual do Trabalho .....	121

---

# LÍNGUA PORTUGUESA

## LÍNGUA PORTUGUESA

1. FCC - ARE (SEFAZ AP)/SEFAZ AP/2022

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Ortografia - Casos Gerais e Emprego das Letras

Atenção: Leia o texto a seguir para responder à questão.

### **Renato Mendonça e A influência africana no português do Brasil, um estudo pioneiro de africanas no português brasileiro**

A partir de uma definição da antropóloga Nina Friedemann em “Comunidades negras: refúgios de africanas na Colômbia”, podemos entender africanas como a bagagem cultural submergida no inconsciente iconográfico dos negroafricanos entrados no Brasil em escravidão, que se faz perceptível na língua, na música, na dança, na religião, no modo de ser e de ver o mundo, e que, no decorrer dos séculos, como forma de resistência e de continuidade na opressão, transformou-se e converteu-se em matrizes partícipes da construção de um novo sistema cultural e linguístico que nos identifica como brasileiros.

São essas matrizes que, na década de 1930, o diplomata, escritor e pesquisador alagoano Renato Firmino Maia de Mendonça (1912 – 1990), em sua monografia sobre A influência africana no português do Brasil, trata de pontuar na formação da modalidade da língua portuguesa no Brasil, em nossas tradições orais e na literatura brasileira.

Em 1933, a 1ª edição foi publicada pela Gráfica Sauer com prefácio de Rodolfo Garcia, trazendo o mapa da distribuição do elemento negro no Brasil colonial e imperial. Em 1935, sai a 2ª edição pela Companhia Editora Nacional, na Coleção Brasiliana, ilustrada com mapas e fotografias e aumentada em dois capítulos, um esboço histórico sobre o tráfico e um ensaio sobre o negro na literatura brasileira. Também de caráter inovador são os mapas toponímicos com localidades designadas por nomes africanos no Brasil, da autoria do geógrafo Carlos Marie Cantão, que vêm em addendum, ao final do livro. A 3ª edição, de 1948, é publicada no Porto pela Figueirinhas. Em 1972 e 1973, a 2ª edição é republicada pela Civilização Brasileira.

Ao lado de Jacques Raimundo, que coincidentemente publicou, pela Renascença, em 1933, O elemento afro-negro na língua portuguesa, a obra de Renato Mendonça é um estudo de referência obrigatória nessa importante área de pesquisa, cuja repercussão científica corresponde a menos do que seu valor real, em razão da tendência de esse conhecimento ser considerado, por linguistas e filólogos, mais como objeto de pesquisa dos africanistas e dos especialistas em estudos “afro-brasileiros” – assim denominados como uma palavra composta de acordo com a grafia consagrada e recomendada pelo recente acordo ortográfico. Neste contexto, separado por um traço de união em lugar simplesmente de se escrever afrobrasileiros, o termo afro, tratado como um prefixo, reflete de maneira subliminar aquela tendência. Destaca-se como se fosse um aparte eventual no processo e não a parte afrobrasileira inscrita em nossa identidade cultural e linguística.

Dentro desse plano de entendimento, Renato Mendonça coloca e avalia a interferência que aquelas vozes de mais de quatro milhões de negros escravizados, no decorrer de três séculos consecutivos, imprimiram naquela língua portuguesa que eles foram obrigados a falar como segunda língua no Brasil. Ao mesmo tempo, Mendonça enriquece e alarga suas análises baseado em uma bibliografia ainda hoje consistente e de grande valia para os estudos atuais sobre a história e a etnografia africanas e suas línguas, principalmente sobre as que foram faladas no Brasil, as quais ele adequadamente chama de negroafricanas.

*(Adaptado de: CASTRO, Yeda Pessoa de. Prefácio – Renato Mendonça e A influência africana no português do Brasil, um estudo pioneiro de africanas no português brasileiro. In: Mendonça, Renato. A influência africana no Português do Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p. 15-16)*

Observações:

1. *Addendum*: adendo, apêndice.

Considerando a ortografia padrão é correto afirmar:

(A) *Negroafricanas*, diferentemente de *afro-brasileiros*, deve ser escrito sem hífen, tal como aparece no texto.

(B) O modo de escrita dos itens aparte e a parte evidencia, tal como demonstrado no texto, que não há conexões semânticas entre eles.

(C) A grafia da preposição e do pronome em de esse sublinha a função sintática do fragmento que introduzem, tal como em “João alertou para o perigo de o Paulo ser demitido”.

(D) *Iconográfico, resistência e partícipe* têm sua acen-tuação determinada pela mesma regra.

(E) Ciente de sua função exclusiva na ortografia, a de unir as partes de certas palavras compostas ou deri-vadas por prefixação, a autora eliminou o traço-de-u-nião, ou hífen, de todo o seu texto.

## 2. FCC - AJ TRT17/TRT 17/JUDICIÁRIA/“SEM ESPE-CIALIDADE”/2022

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Pronomes pessoais

Para responder a questão, baseie-se no texto abaixo.

### [Vida literária]

Aqueles que fazem versos e já atingiram a idade ma-dura costumam receber cartas de outros que também os fazem, mas estão na casa dos vinte. Parece que esse é um dos prêmios (muito discutíveis) de envelhecer: ser solici-tado pelos mais novos a dar opiniões sobre os vagidos do talento. O moço apresenta-se confiante, às vezes entusi-ástico, sempre respeitoso; o “mestre” responde benévolo, paciente, minucioso, interessado em pormenores biográ-ficos, ocultando sua vaidade sob um verniz de simpatia: “Escreva sempre, meu filho.” A isto se chama vida literária.

Sendo a literatura fenômeno socializante por excelên-cia, contudo permanece fenômeno individual quanto à produção. E eu vos pergunto: pode a experiência do mais idoso servir à hesitação do jovem, dissolvê-la em certeza, encaminhá-la a rumo certo? Haverá utilidade nessa con-versa de gerações?

É certo que cinco ou dez anos depois a receita do mais velho foi esquecida e o mestre com ela. Sucede também que após esse lapso de tempo o mestre seja, não esque-cido, mas negado. Ataca-se o mestre, descobre-se que ele o não é. Noventa (que digo? cem por cento) de nossas admirações da adolescência resolvem-se em indiferença, vergonha ou desprezo. Na força do adulto, vingase o ho-mem das debilidades do período de crescimento físico e intelectual, negando o que adorara. Os mestres de poesia não escapam a essa contingência, e ao escreverem uma “carta ao jovem poeta” deveriam meditar bem na escolha das palavras e no prazo de validade do sortilégio.

Mas o pessimismo da verificação não deve secar no homem de cinquenta o terno interesse pelo rapaz de vin-te. O admirador juvenil é tão autêntico e honesto quanto o lapidador de vinte e cinco ou trinta. Cada idade tem sua moral e sua sensibilidade.

(Adaptado de: ANDRADE, Carlos Drummond. *Passeios na ilha. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 113-114*)

Eu vos pergunto: pode a experiência do mais velho servir às hesitações do jovem, fazer o jovem superar essas hesitações, convencer o jovem a não mais render culto às hesitações?

Evitam-se as viciosas repetições do período acima substituindo-se os segmentos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) fazê-lo – convencê-lo – lhes render culto
- (B) fazer-lhe – convencer-lhe – render culto às mesmas
- (C) fazê-lo – lhe convencer – render-lhes culto
- (D) o fazer – o convencer – a render culto
- (E) lhe fazer – lhe convencê-lo – lhe rendê-la culto

## 3. FCC - AJ TRT23/TRT 23/JUDICIÁRIA/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2022

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Pronomes de tratamento

### Fim de semana na fazenda

São fazendas do fim do século XIX, não mais. Seus do-nos ainda estão lá: já não se balançam, é verdade, nas ca-deiras austríacas da varanda nem ouvem a partida desse bando de maritacas que se muda para o morro do outro lado da várzea.

Ou talvez ouçam, quem sabe. Mas estão hirtos dentro de suas molduras, nas paredes da sala. Assim, rígidos, pin-tados a óleo, eles parecem reprovar nossos uísques e nos-sas conversas. Mas eis que o amigo Mário Cabral toca um samba no velho piano de cauda, e creio que eles gostam, talvez achem uma interessante novidade musical vinda da capital do Império. Depois Mário ataca uma velha música francesa – “Solitude” – e creio bem que vi, ou senti, a se-nhora viscondessa suspirar de leve.

Ah, senhora viscondessa! Que solidão irremediável não sentiu dentro de vossas grossas molduras douradas. Olhais para a frente, dura, firme. Lá fora as mangueiras e jabuticabeiras estão floridas, na pompa da manhã. Um beija-flor corta o retângulo da janela no seu voo elétrico e se imobiliza no ar, zunindo. Onde está o senhor visconde?

Ele está em outra parede, também duro, de uniforme e espada. Não olha a esposa. Os dois não se olham. Al-guma intriga? Não. Apenas eles estão cansados de estar casados, cansados de estar mortos, cansados de estar pin-

## MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

### MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

1. FCC - ANA (COPERGÁS)/COPERGÁS/ADMINISTRADOR/2023

Assunto: Matemática - Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Havia um certo número natural  $N$  escrito na lousa. O algarismo das unidades de  $N$  foi apagado, restando na lousa um número  $K$ . Se  $N - K = 2022$ , então,  $K$  é igual a

- (A) 224.
- (B) 242.
- (C) 264.
- (D) 282.
- (E) 284.

2. FCC - ANA PROC (PGE AM)/PGE AM/2022

Assunto: Matemática - Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

$$\begin{array}{r} \square + \square = 15 \\ + \quad + \\ \square - \square = 2 \\ \parallel \quad \parallel \\ 17 \quad 16 \end{array}$$

Carlos deve preencher com números os quatro retângulos de modo a tornar todas as sentenças verdadeiras.

A soma dos valores a serem preenchidos é:

- (A) 34
- (B) 32
- (C) 31
- (D) 33
- (E) 35

3. FCC - ASS PROC (PGE AM)/PGE AM/2022

Assunto: Matemática - Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Em uma prova com 20 questões de múltipla escolha, uma questão certa vale 7 pontos, uma questão errada vale -2 pontos e uma questão em branco vale 0 ponto. Clara fez 87 pontos nessa prova. O número de questões que Clara deixou em branco é:

- (A) 3
- (B) 4
- (C) 7
- (D) 6
- (E) 5

4. FCC - ASS PROC (PGE AM)/PGE AM/2022

Assunto: Matemática - Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Um quadriculado  $2 \times 2$  é preenchido com números do conjunto  $\{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9\}$ , sem repetição. Em seguida, os números formados nas linhas e nas colunas são somados. Por exemplo, para o preenchimento do quadriculado abaixo, temos  $32 + 01 + 30 + 21 = 84$ .

3	2	32
0	1	1
30	21	

Nessas condições, a maior soma possível é:

- (A) 357
- (B) 348
- (C) 396
- (D) 354
- (E) 339

5. FCC - AJ TRT4/TRT 4/APOIO ESPECIALIZADO/ESTATÍSTICA/2022

Assunto: Matemática - Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Geraldo perguntou aos seus três filhos, Antonio, Bruno e Carlos, quantas cabeças de gado ele possuía. Antonio disse 2022, Bruno disse 2027 e Carlos disse 2010. Geraldo respondeu que eles erraram por 12, 7 e 5 cabeças, não necessariamente nessa ordem. O número de cabeças de gado que Geraldo possui é:

- (A) 2012
- (B) 2015
- (C) 2017
- (D) 2020
- (E) 2010

6. FCC - TJ TRT9/TRT 9/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Matemática - Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Raquel começou a escrever em seu caderno os números inteiros e positivos, 1, 2, 3, ..., e parou quando escreveu o milésimo algarismo.

Os três últimos algarismos que Raquel escreveu foram:

- (A) 6, 9, 3.
- (B) 3, 6, 8.
- (C) 3, 7, 1.
- (D) 7, 0, 3.
- (E) 9, 3, 7.

7. FCC - AJ TRT22/TRT 22/ÁREA JUDICIÁRIA/OFFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2022

Assunto: Matemática - Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Um prédio possui vários andares, e em cada andar há a mesma quantidade de apartamentos. Se houver  $k$  apartamentos por andar, então os apartamentos do 1o andar são numerados de 1 a  $k$ , os apartamentos do 2o andar são numerados de  $k + 1$  a  $2k$  e assim por diante. Se Maria mora no apartamento 18 que está no 3o andar e Bruno mora no apartamento 50 do 7o andar, o número de apartamentos por andar é

- (A) 6.
- (B) 7.
- (C) 9.
- (D) 8.
- (E) 5.

8. FCC - FRE (SEFAZ AP)/SEFAZ AP/2022

Assunto: Matemática - Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Atenção: A questão refere-se a Raciocínio Lógico- Matemático.

No comitê eleitoral de uma candidata a senadora, foi colocada uma tela em que são reproduzidas, de maneira contínua e sempre na mesma ordem, cinco produções feitas para divulgar a sua campanha. Uma vez iniciada a reprodução, as pessoas podem acompanhar:

1º) um vídeo biográfico da candidata, com as principais realizações de sua trajetória política, com 4 minutos de duração;

2º) um compacto com os melhores momentos da candidata durante sua participação em um debate, com 3 minutos de duração;

3º) uma entrevista concedida pela candidata a um canal de televisão local, com 5 minutos de duração;

4º) um resumo do seu plano de atuação no Senado caso seja eleita, com 4 minutos de duração;

5º) um clipe com a música da campanha da candidata, com 2 minutos de duração.

Ao terminar uma série com as cinco produções, imediatamente inicia-se outra. Após 697 minutos de reprodução, sem qualquer interrupção, a tela estará exibindo

- (A) o vídeo biográfico da candidata.
- (B) o compacto com os melhores momentos do debate.
- (C) a entrevista concedida pela candidata.
- (D) o resumo do seu plano de atuação no Senado.
- (E) o clipe com a música da campanha da candidata.

9. FCC - TJ TRT17/TRT 17/ADMINISTRATIVA/2022

Assunto: Matemática - Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Ana, André e Abel são trigêmeos e têm um irmão 5 anos mais novo. Das alternativas a seguir, a única que poderia ser a soma das idades dos 4 irmãos é

- (A) 26
- (B) 18
- (C) 22
- (D) 27
- (E) 24

10. FCC - TJ TRT17/TRT 17/APOIO ESPECIALIZADO/ENFERMAGEM DO TRABALHO/2022

Assunto: Matemática - Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

A diferença entre o menor número de 6 algarismos e o maior número de 4 algarismos é

- (A) 190001
- (B) 90000
- (C) 9001
- (D) 90001
- (E) 109001

## LEGISLAÇÃO

### LEGISLAÇÃO

#### 1. FCC - AJ TRT17/TRT 17/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Direito Administrativo - Disposições Preliminares e Abrangência (arts. 1º a 4º da Lei nº 8.112/1990)

A Lei nº 8.112/1990 estabelece que o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor é denominado

- (A) função.
- (B) comissionamento.
- (C) cargo público.
- (D) prestação de serviço público.
- (E) provimento.

#### 2. FCC - AJ TRT17/TRT 17/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Direito Administrativo - Disposições Preliminares e Abrangência (arts. 1º a 4º da Lei nº 8.112/1990)

Para os efeitos da Lei nº 8.112/1990 "a pessoa legalmente investida em cargo público" é denominada

- (A) agente público.
- (B) servidor.
- (C) ocupante de cargo público.
- (D) funcionário público em exercício.
- (E) titular de cargo público.

#### 3. FCC - AJ TRT18/TRT 18/JUDICIÁRIA/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2023

Assunto: Direito Administrativo - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

Considere o seguinte histórico, referente a servidor no mesmo município:

- data da publicação do ato de provimento: 10/3/2022.
- data da posse: 20/3/2022.
- data da entrada em exercício: 30/5/2022.

Nos termos constantes da Lei nº 8.112/1990, há ilegalidade, uma vez que

(A) a data da posse não tem como referência a data da publicação do ato de provimento.

(B) a posse deve ocorrer no prazo de quinze dias contados da publicação do ato de provimento.

(C) a posse e a entrada em exercício devem ocorrer na mesma data.

(D) a entrada em exercício independe da data da posse.

(E) é de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.

#### 4. FCC - TJ TRT18/TRT 18/ADMINISTRATIVA/AGENTE DE POLICIA JUDICIAL/2023

Assunto: Direito Administrativo - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

A Lei nº 8.112/1990 estabelece que, ao entrar em exercício, a aptidão e a capacidade do servidor nomeado para cargo de provimento efetivo serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo. Essa avaliação é definida como

- (A) exercício de cargo probatório.
- (B) interstício probatório.
- (C) tempo probatório.
- (D) estágio probatório.
- (E) teste probatório.

#### 5. FCC - TJ TRT18/TRT 18/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2023

Assunto: Direito Administrativo - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

De acordo com o regime estabelecido pela Lei nº 8.112/1990, caso determinado cargo público seja extinto, ao servidor efetivo estável que esteja ocupando o referido cargo aplica-se o instituto da

(A) disponibilidade, com aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

(B) requisição, podendo ser convocado para desempenhar as mesmas atribuições em órgãos ou entidades de outros poderes, mediante cessão.

(C) readaptação, com participação compulsória em programas de formação ou cursos de capacitação que o habilitem a desempenhar atribuições de maior complexidade.

(D) reversão em extranumerário, podendo optar pela aposentadoria com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

(E) redistribuição, ficando o servidor autorizado a desempenhar as atribuições do cargo de origem em outra lotação, sem acréscimo da remuneração original.

6. FCC - AJ TRT4/TRT 4/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Direito Administrativo - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

O ato de provimento de determinado candidato aprovado no concurso público foi publicado em 4/4/2022. O candidato foi nomeado. Houve inspeção médica oficial e o candidato foi julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo. A posse ocorreu mediante procuração específica em 20/4/2022. O servidor empossado entrou em exercício em 25/4/2002. No ato da entrada em exercício, o servidor apresentou declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública. Nos termos da Lei nº 8.112/1990,

(A) não há previsão legal para posse mediante procuração específica.

(B) o prazo legal para a posse não foi respeitado.

(C) o prazo legal para a entrada em exercício não foi respeitado.

(D) não há previsão legal de posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.

(E) a apresentação da declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública deveria ter sido feita no ato da posse.

7. FCC - TJ TRT4/TRT 4/APOIO ESPECIALIZADO/ENFERMAGEM DO TRABALHO/2022

Assunto: Direito Administrativo - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

Considere os seguintes itens:

I. Assinatura do respectivo termo.

II. Publicação do ato de provimento.

III. Provimento de cargo por nomeação.

IV. Prévia inspeção médica oficial.

V. Procuração específica.

Consoante o disposto na Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, é condição para a ocorrência da posse, em qualquer caso, o contido em

(A) I, II E IV, apenas.

(B) III, IV E V, apenas.

(C) I, II, III, IV E V.

(D) I, II, III E IV, apenas.

(E) I, II E V, apenas.

8. FCC - TJ TRT19/TRT 19/APOIO ESPECIALIZADO/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2022

Assunto: Direito Administrativo - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

Débora, servidora pública federal, atuava como enfermeira na rede pública, quando foi aposentada por invalidez, em decorrência de problemas de saúde em sua coluna e joelhos que a incapacitavam para o trabalho. Tempos depois, Débora se submeteu a uma nova perícia, na qual a junta médica oficial constatou que ela "no momento não é portadora de limitação funcional", "apresentando excelente saúde física e mental" e, ainda, "que está apta ao exercício de sua profissão". Nesse caso, poderá ocorrer a

(A) readaptação da servidora.

(B) reversão da aposentadoria.

(C) promoção na carreira.

(D) reintegração ao serviço.

(E) recondução ao cargo.

9. FCC - AJ TRT22/TRT 22/ÁREA JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Direito Administrativo - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

O setor de Recursos Humanos de uma Secretaria Municipal de Educação constatou que determinado professor havia apresentado diploma falsificado para a investidura em seu cargo público, ocorrida há 8 anos. Em razão dessa situação, a Administração Pública deverá

(A) promover a cassação do ato de posse do servidor, visto que ele deu causa à situação de irregularidade em sua investidura.

(B) promover a anulação do ato de posse do servidor e de todos os atos que ele tenha praticado desde a sua investidura.

(C) promover a anulação do ato de posse do servidor, mantendo-se os atos que ele praticou que não tenham outros vícios, em prestígio ao princípio da proteção à confiança.

(D) ajuizar ação anulatória da posse do servidor, visto que, dado o tempo transcorrido, há necessidade de provimento judicial para que haja tal invalidação.

(E) arquivar o procedimento, visto que o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos.



# NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

## NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

### 1. FCC - DP (DPE AP)/DPE AP/2022

Assunto: Direito Constitucional - Aplicação das Normas Constitucionais no Tempo (recepção, reconstituição, desconstitucionalização)

Considerando o tema processo legislativo, a manutenção em vigor de Constituição anterior que, porém, perde a sua hierarquia constitucional para operar como legislação comum é conhecida como

- (A) desidratação constitucional.
- (B) reconstituição.
- (C) recepção.
- (D) desclassificação constitucional.
- (E) desconstitucionalização.

### 2. FCC - SOLD (PM BA)/PM BA/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Nos termos da Constituição Federal, constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil

- (A) erradicar as desigualdades sociais e regionais.
- (B) reduzir a pobreza e a marginalização.
- (C) garantir o desenvolvimento nacional e internacional.
- (D) assegurar a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- (E) construir uma sociedade livre, justa e solidária.

### 3. FCC - SOLD (PM BA)/PM BA/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

São objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I. promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

II. permitir a livre manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato.

III. erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Está correto o que consta de

- (A) I e III, apenas
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, apenas
- (D) II, apenas.
- (E) I, II e III.

### 4. FCC - TM (MPE PB)/MPE PB/SEM ESPECIALIDADE/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Em fevereiro de 2023, a Assembleia-Geral da ONU adotou uma resolução que pede o fim da guerra na Ucrânia, ressaltando as consequências humanitárias do conflito, bem como propugnando a retirada das tropas russas do território ucraniano e que a comunidade internacional busque formas de mediar a paz. O voto brasileiro foi favorável à resolução da ONU, o que está de acordo com a Constituição Federal, segundo a qual a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, dentre outros, pelos princípios de

- (A) promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- (B) cidadania e pluralismo político.
- (C) construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- (D) defesa da paz e solução pacífica dos conflitos.
- (E) dignidade da pessoa humana, erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e universais.

### 5. FCC - ED SOC (PREF RECIFE)/PREF RECIFE/2022

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

A Constituição brasileira é a Constituição de um país de economia de mercado; de um país capitalista, se se preferir. O sistema econômico capitalista é fundado na desigualdade e dela depende: para que o capitalismo funcione, é preciso que haja o capitalista e o empregado, por exemplo, que sempre estarão em condições desiguais. O Direito pode regular as relações de trabalho de modo a proteger quem é mais vulnerável nessa relação. Isso só faz sentido se o Direito não tiver por fim eliminar a relação

desigual, mas regulá-la, protegendo a parte mais fraca. Assim, a Constituição não é refratária à desigualdade econômica em si.

(Adaptado de: FOLLONI, A.; FLORIANI NETO, A. B. "Desigualdade econômica na Constituição...". *Novos Estudos Jurídicos*, v. 23, n. 2, maio/ago. 2018, p. 593)

Considerando as informações presentes no texto e o próprio documento da Carta Magna brasileira, entende-se que a Constituição Federal de 1988 regula as relações presentes na sociedade brasileira quando afirma a

- (A) erradicação da pobreza e da marginalização, em seu artigo 4º.
- (B) redução das desigualdades sociais e regionais, em seu artigo 3º.
- (C) solução pacífica dos conflitos, em seu artigo 4º.
- (D) plena liberdade de associação para fins lícitos, em seu artigo 5º.
- (E) livre expressão da atividade intelectual, em seu artigo 5º.

6. FCC - ASS TD (DPE AM)/DPE AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2022

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Considere os seguintes itens:

- I.a soberania.
- II.a plenitude de defesa.
- III.o pluralismo político.
- IV.a inviolabilidade do domicílio.

São fundamentos da República Federativa do Brasil previstos no art. 1º da Constituição Federal o que consta de

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I e III, apenas.

7. FCC - ASS TD (DPE AM)/DPE AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2022

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Em consonância com as normas constitucionais, trata-se de princípio pertencente às relações internacionais da República Federativa do Brasil:

- (A) Liberdade de expressão.
- (B) Pluralismo político.
- (C) Prevalência dos direitos humanos.
- (D) Liberdade de associação.
- (E) Livre iniciativa.

8. FCC - PROC (TERESINA)/PREF TERESINA/2022  
Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Segundo a Constituição Federal, no plano das relações internacionais, a República Federativa do Brasil

- (A) buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- (B) defenderá a ação bélica para solução dos conflitos quando determinada por organismo internacional do qual reconhece a jurisdição.
- (C) defenderá a intervenção em outros países para garantir a prevalência dos valores da civilização ocidental judaico-cristã.
- (D) tratará as relações com Estados considerados desenvolvidos de maneira privilegiada.
- (E) não concederá asilo político a cidadãos originários de Estados com os quais não mantém relação diplomática.

9. FCC - TJ TRT4/TRT 4/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I.pluralismo político.
  - II.repúdio ao terrorismo e ao racismo.
  - III.erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais.
  - IV.independência nacional.
  - V.concessão de asilo político.
- Está correto o que se afirma **APENAS** em
- (A) II, IV e V.
  - (B) I, III e V.
  - (C) II, III e V.
  - (D) I, III e IV.
  - (E) I, II e IV.

10. FCC - AJ TRT23/TRT 23/APOIO ESPECIALIZADO/SERVIÇO SOCIAL/2022

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

O Estado Democrático de Direito é formado pela união dos Estados, Municípios e pelo Distrito Federal, e tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, o pluralismo político e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. Em se tratando desses dois últimos fundamentos, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa devem ser aplicados ao direito

# NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

## NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

### 1. FCC - SOLD (PM BA)/PM BA/2023

Assunto: Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Em virtude do princípio constitucional da legalidade que rege a Administração Pública,

- (A) ao administrador faculta-se atuar sem previsão legal, pautando-se apenas pela sua vontade pessoal.
- (B) age licitamente o administrador que atuar em conformidade com o que estiver previsto no ordenamento jurídico.
- (C) o interesse do particular se sobrepõe ao interesse da Administração quando contrariá-lo.
- (D) pode o administrador emitir, em benefício pessoal, orientação colidente com aquela estabelecida previamente no ordenamento jurídico, mediante justificativa expressa, em processo administrativo.
- (E) a apuração e avaliação da conduta do agente público será delegada ao particular, pois este detém maior capacidade técnica.

### 2. FCC - AGAAS (PREF RECIFE)/PREF RECIFE/2022

Assunto: Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

A Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência. Segundo o princípio da legalidade,

- (A) todos os atos devem ter sempre o objetivo do interesse público, não podendo a Administração Pública agir em interesse próprio ou de terceiro beneficiado.
- (B) a Administração Pública deve agir em consonância com os bons costumes, os princípios de justiça e equidade e a ideia comum de honestidade.
- (C) a Administração Pública só pode realizar atos e medidas que a lei permite, não podendo conceder direitos de qualquer espécie ou criar obrigações por atos administrativos.
- (D) os atos da Administração Pública devem sempre estar em conformidade com os preceitos de visibilidade e clareza.
- (E) a Administração Pública deve agir no sentido de produzir resultados que satisfaçam da melhor maneira as necessidades públicas.

### 3. FCC - TJ TRT4/TRT 4/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Dentre os princípios básicos que informam toda a Administração pública estão os da

- (A) legitimidade, independência, maturidade, publicidade e eficiência.
- (B) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficácia.
- (C) legitimidade, impessoalidade, maturidade, parafiscalidade e eficácia.
- (D) legalidade, independência, maturidade, parafiscalidade e eficácia.
- (E) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

### 4. FCC - TJ TRT9/TRT 9/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

A Lei no 13.874/2019 – Lei de Liberdade Econômica – dispõe, em seu artigo 3o, inciso IV, que todas as pessoas, naturais ou jurídicas, têm direito de “receber tratamento isonômico de órgãos e de entidades da Administração Pública quanto ao exercício de atos de liberação da atividade econômica, hipótese em que o ato de liberação estará vinculado aos mesmos critérios de interpretação adotados em decisões administrativas análogas anteriores, observado o disposto em regulamento”.

Tal disposição é considerada decorrência direta do princípio da

- (A) economicidade.
- (B) impessoalidade.
- (C) eficiência.
- (D) celeridade.
- (E) publicidade.

5. FCC - ACE (TCE-GO)/TCE GO/CONTABILIDADE/2022

Assunto: Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Dentre os princípios que regem as atividades da Administração pública, o princípio da

- (A) moralidade sobrepõe-se aos demais, porque tem caráter transversal e pode fundamentar medidas judiciais em função de seu descumprimento.
- (B) eficiência não encontra expresso amparo constitucional, mas é deduzido pela interpretação sistemática e finalística dos demais princípios de status supra legais.
- (C) impessoalidade informa todos os órgãos e pessoas que compõem a estrutura administrativa, impedindo a prévia identificação dos agentes públicos, para evitar constrangimentos e revelação de conflitos de interesses.
- (D) publicidade foi alçado à categoria de único princípio absoluto após a edição da Lei de Acesso à Informação.
- (E) legalidade apresenta diferentes acepções, dentre elas a circunscrição de matérias reservadas à expressa disciplina por lei formal.

6. FCC - AJ TRT14/TRT 14/ADMINISTRATIVA/2022

Assunto: Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Os atos da Administração devem merecer a mais ampla divulgação possível entre os administrados, propiciando-lhes, assim, a possibilidade de controlar a legitimidade da conduta dos agentes administrativos. Essa definição refere-se ao princípio da

- (A) impessoalidade.
- (B) legalidade.
- (C) moralidade.
- (D) publicidade.
- (E) eficiência.

7. FCC - TJ TRT14/TRT 14/ADMINISTRATIVA/2022

Assunto: Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Considere a seguinte situação hipotética: O Prefeito de determinado Município e candidato à reeleição permitiu, durante o último mês do período de campanha eleitoral, que fossem publicadas algumas notícias de obras públicas realizadas na sua gestão no sítio eletrônico da Prefeitura, com menção expressa ao seu nome. A situação narrada constitui violação ao princípio da

- (A) proporcionalidade.
- (B) eficiência.
- (C) publicidade.

- (D) impessoalidade.
- (E) motivação.

8. FCC - TJ TRT5/TRT 5/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Quanto ao princípio da legalidade, a

- (A) administração pública pode tudo que não lhe seja vedado por lei.
- (B) administração privada somente pode o que lhe é determinado pela lei.
- (C) norma é inválida até que decisão judicial a confirme.
- (D) administração pública somente pode o que lhe é ordenado pela lei.
- (E) norma só é válida se confirmada por decisão judicial ou nova norma que reitere sua legalidade.

9. FCC - ANA (DETRAN AP)/DETRAN AP/GESTÃO EM TRÂNSITO/2022

Assunto: Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

São dois princípios constitucionais que regem a Administração Pública:

- (A) Legalidade e razoabilidade.
- (B) Razoabilidade e impessoalidade.
- (C) Moralidade e motivação.
- (D) Motivação e legalidade.
- (E) Impessoalidade e moralidade.

10. FCC - ASS TD (DPE AM)/DPE AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2022

Assunto: Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

A Constituição Federal de 1988 prevê expressamente a obrigação de a Administração pública, direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios respeitar o princípio da

- (A) autotutela.
- (B) hierarquia.
- (C) moralidade.
- (D) proporcionalidade.
- (E) liberdade.

# NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. FCC - ANA (COPERGÁS)/COPERGÁS/ADMINISTRADOR/2023

Assunto: Administração Geral e Pública - Organização (Introdução à Administração)

O quadro a seguir apresenta as metáforas das organizações e breves definições.

Metáfora	Breve definição sobre como as organizações são vistas
I. Máquinas	a. Fontes de poder para controlar processos decisórios, lidar com incertezas e administrar as relações entre gêneros.
II. Organismos	b. Sistemas racionais que operam de maneira tão eficiente quanto possível.
III. Cérebros	c. Sistemas abertos nos quais seus empregados contribuem de formas variadas por meio de oportunidades apropriadas.
IV. Culturas	d. Pequenas sociedades com seus próprios padrões distintos de crenças e significados compartilhados.
V. Sistemas políticos	e. Um reflexo da capacidade de processamento de informações.

A correta correlação entre as colunas está expressa em:

- (A) I-b; II-a; III-e; IV-c; V-d.
- (B) I-e; II-b; III-d; IV-a; V-c.
- (C) I-c; II-b; III-a; IV-e; V-d.
- (D) I-b; II-c; III-e; IV-d; V-a.
- (E) I-d; II-c; III-b; IV-a; V-e.

2. FCC - AJ TRT22/TRT 22/APOIO ESPECIALIZADO/BIBLIOTECONOMIA/2022

Assunto: Administração Geral e Pública - Processo organizacional e funções administrativas

As funções administrativas que envolvem, respectivamente, o estabelecimento da estrutura formal de autoridade e a análise da forma como a unidade de informação está operando são as de

- (A) organização e comando.
- (B) planejamento e controle.
- (C) organização e controle.
- (D) coordenação e comando.
- (E) planejamento e coordenação.

3. FCC - TP (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/ADMINISTRATIVA/2021

Assunto: Administração Geral e Pública - Processo organizacional e funções administrativas

A coordenação no âmbito de uma organização constitui uma das funções inerentes à atuação do administrador, podendo ser exercida por meio de diferentes formas.

Nesse contexto, o mecanismo denominado ajuste espontâneo

- (A) apresenta-se como uma dessas formas, sendo pautado pela comunicação, formal ou informal, entre os responsáveis pelas atividades para obter o equilíbrio entre as quantidades, tempos de produção e direções a serem seguidas.
- (B) configura uma falha de coordenação presente quando o administrador não exerce a função que lhe foi atribuída, propiciando comunicação informal entre os administrados e acomodações indesejáveis nos processos produtivos.
- (C) não faz parte da função de coordenação propriamente dita, ligando-se à subsequente função de controle e sendo utilizado para fins de ações corretivas dos processos de trabalho.
- (D) constitui uma técnica de coordenação de caráter restrito, cuja aplicação é adequada apenas a organizações mecanicistas, com processos de trabalho e produção pouco complexos.
- (E) não faz parte da função de coordenação propriamente dita, constituindo uma ferramenta de organização e planejamento comumente utilizada pelos administradores para propiciar o entrosamento da equipe.

4. FCC - AGA (PREF RECIFE)/PREF RECIFE/2019

Assunto: Administração Geral e Pública - Processo organizacional e funções administrativas

No curso da evolução histórica da abordagem relativa às funções do administrador emerge, com os estudos de Koontz e O'Donnel, a importância da atividade de coordenação, a qual apresenta, como um de seus mecanismos,

- (A) o denominado ajuste espontâneo, que se opera a partir de comunicações entre os que são responsáveis por determinadas atividades, sem envolver, necessariamente, subordinação.
- (B) a cadeia escalar, que representa a padronização de atividades a partir do cumprimento de etapas estabelecidas de forma concatenada.
- (C) a autoridade de linha, que não envolve o cumprimento de ordens emitidas por superiores hierárquicos, mas apenas ajustes em relação ao que foi previamente estabelecido na etapa de planejamento.
- (D) a denominada função de staff, que se opera com a centralização de ordens e medidas repressivas, próprias da atividade de coordenação.
- (E) o efeito de Pareto, que gera uma ressonância em toda a organização, a partir de medidas centralizadas de coordenação, evitando redundâncias.

5. FCC - APOG (PREF RECIFE)/PREF RECIFE/2019

Assunto: Administração Geral e Pública - Processo organizacional e funções administrativas

A coordenação é uma das atividades próprias do administrador no âmbito da estrutura organizacional. Nesse contexto, o fenômeno denominado "ajuste espontâneo"

- (A) está presente apenas em organizações pouco estruturadas, pois, dado o seu caráter informal e empírico, substitui as etapas de direção e comunicação existentes nas organizações formais.
- (B) é próprio da atividade de controle e não propriamente de coordenação, sendo utilizado para realinhar a atuação dos membros da organização aos objetivos estratégicos desta.
- (C) é apontado pela literatura como um desvio na função de coordenação, na medida em que afasta a comunicação e a direção.
- (D) se dá pela comunicação formal ou informal, entre os que são responsáveis pelas atividades na organização, situando-se no âmbito da contribuição voluntária entre eles.
- (E) consiste na função de comando exercida pelo gestor sobre todos aqueles que lhe são subordinados, por meio de comandos diretos aos quais estes devem se ajustar obrigatoriamente.

6. FCC - ANA G (DPE AM)/DPE AM/ESPECIALIZADO DE DEFENSORIA/ADMINISTRAÇÃO/2018

Assunto: Administração Geral e Pública - Processo organizacional e funções administrativas

Celso, gestor público em uma Fundação de apoio à pesquisa científica e inovação tecnológica, entre as atividades próprias de administrador que exerce, desempenha aquelas inseridas no âmbito de controle. A atividade que pode ser assim enquadrada é:

- (A) Indução do ajuste espontâneo dos esforços individuais aos objetivos institucionais da Fundação.
- (B) Integração das atividades dos diferentes setores da Fundação, harmonizando a atuação de todos.
- (C) Fixação de diretrizes para atuação da Fundação no curto, médio e longo prazo.
- (D) Análise dos resultados alcançados pela Fundação comparativamente com aqueles fixados em seu planejamento estratégico.
- (E) Diagnóstico interno das competências disponíveis na Fundação e sua adequação aos desafios do cenário externo em que atua.

7. FCC - ASS TD (DPE AM)/DPE AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2018

Assunto: Administração Geral e Pública - Processo organizacional e funções administrativas

Quando o administrador atua corrigindo a atuação de seus subordinados, objetivando o atingimento das metas estabelecidas, está desempenhando uma das funções próprias de administrar, correspondente

- (A) ao controle.
- (B) à indução.
- (C) ao planejamento.
- (D) à coordenação.
- (E) ao ajuste espontâneo.

8. FCC - ANA LEG (ALESE)/ALESE/APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO/BIBLIOTECONOMIA/2018

Administração Geral e Pública - Processo organizacional e funções administrativas

Sobre as funções administrativas, considere:

I. Uma função administrativa não é uma entidade separada, mas uma parte integral de uma entidade maior formada de várias funções que estão relacionadas umas com as outras, bem como com a entidade maior.

II. Cada uma das funções administrativas repercute na seguinte, determinando o seu desenvolvimento.

Ocorre que

- (A) I e II estão incorretas.
- (B) I e II estão corretas.

# NOÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO

## NOÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO

### 1. FCC - PROC (PGE GO)/PGE GO/2021

Assunto: Direito do Trabalho - Princípios do Direito Individual do Trabalho

Em relação aos princípios que norteiam o Direito do Trabalho, considerando-se a doutrina, a legislação e as Súmulas de Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho,

(A) não há nenhum dispositivo expresso que atribui aos princípios uma função integrativa ou que indique a primazia do interesse público na Consolidação das Leis do Trabalho, porque a mesma regula o contrato individual nas relações de trabalho.

(B) em razão do princípio da primazia da realidade sobre a forma, o Juiz do Trabalho privilegia a situação de fato, devidamente comprovada, em detrimento dos documentos ou do rótulo conferido à relação de direito material.

(C) o princípio da continuidade do contrato de trabalho constitui presunção favorável ao empregador, razão pela qual tanto o ônus da prova quanto seu término é do empregado, nas hipóteses em que são negados a prestação dos serviços e o despedimento.

(D) de acordo com o princípio da intangibilidade contratual objetiva, o conteúdo do contrato de emprego pode ser modificado, caso ocorra efetiva mudança no plano do sujeito empresarial.

(E) o princípio da irrenunciabilidade informa que o Direito do Trabalho impede a supressão de direitos trabalhistas em face do exercício, pelo devedor trabalhista, de prerrogativa legal.

### 2. FCC - AJ TRT6/TRT 6/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018

Assunto: Direito do Trabalho - Princípios do Direito Individual do Trabalho

Invocando a regra da condição mais benéfica ao empregado, que se insere no princípio da proteção peculiar ao Direito do Trabalho, é correto afirmar:

(A) Havendo conflito entre duas normas jurídicas, prevalece a mais favorável ao empregado.

(B) Havendo dúvida quanto ao alcance da norma tutelar, julga-se a favor do empregado.

(C) As normas legais não prevalecem diante de normas instituídas por convenção ou acordo coletivo, por terem estas destinação mais específica.

(D) A supressão de direitos trabalhistas instituídos por regulamento de empresa só alcança os empregados admitidos posteriormente.

(E) As condições estabelecidas em convenção coletiva de trabalho, quando mais favoráveis, prevalecem sobre as estipuladas em acordo.

### 3. FCC - AJ TRT24/TRT 24/JUDICIÁRIA/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2017

Assunto: Direito do Trabalho - Princípios do Direito Individual do Trabalho

No estudo da Teoria Geral do Direito do Trabalho é correto afirmar que na hipótese de um instrumento coletivo de trabalho dispor sobre norma prevista na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, porém com determinação de multa com valor superior em caso de infração, é de se aplicar aquela norma em detrimento desta, com fundamento no princípio da

(A) primazia da realidade.

(B) boa fé contratual objetiva.

(C) intangibilidade contratual objetiva.

(D) aplicação da norma mais favorável.

(E) leal contraprestação.

### 4. FCC - AJ TRT24/TRT 24/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2017

Assunto: Direito do Trabalho - Princípios do Direito Individual do Trabalho

O advogado Hércules pretende fundamentar uma tese na petição inicial de reclamatória trabalhista utilizando o ditame segundo o qual, ainda que haja mudanças vertiginosas no aspecto de propriedade ou de alteração da estrutura jurídica da empresa, não pode haver afetação quanto ao contrato de trabalho já estabelecido. Tal valor está previsto no princípio de Direito do Trabalho denominado

(A) razoabilidade.

(B) disponibilidade subjetiva.

(C) responsabilidade solidária do empregador.

(D) asserção empresarial negativa.

(E) continuidade da relação de emprego.

5. FCC - DP CE/DPE CE/2022

Assunto: Direito do Trabalho - Direitos Constitucionais Trabalhistas

Sobre os direitos constitucionais dos trabalhadores é (A) garantido seguro-desemprego ao trabalhador, em qualquer hipótese, desde que respeitados os períodos de carência.

(B) direito do trabalhador o seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

(C) garantida a licença-paternidade, nos termos da lei, com duração mínima de trinta dias.

(D) direito da trabalhadora a licença-maternidade de 180 dias, podendo retornar ao trabalho após pelo menos 120 dias, desde que indenizada pelo período restante.

(E) garantida a irredutibilidade de salário, salvo motivos de caso fortuito ou força maior, referendados pelo sindicato da categoria ou pelo Judiciário.

6. FCC - AJ TRT2/TRT 2/ADMINISTRATIVA/CONTABILIDADE/2018

Assunto: Direito do Trabalho - Direitos Constitucionais Trabalhistas

De acordo com a Constituição Federal de 1988, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(A) garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, apenas para os que percebem remuneração fixa.

(B) seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, independentemente de incorrer em dolo ou culpa.

(C) igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador autônomo.

(D) assistência gratuita aos filhos desde o nascimento até 6 anos de idade em creches e pré-escolas.

(E) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

7. FCC - AJ TRT24/TRT 24/JUDICIÁRIA/OFFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2017

Assunto: Direito do Trabalho - Direitos Constitucionais Trabalhistas

A doutrina considera como uma das inovações marcantes da Constituição Federal do Brasil de 1988 em relação às anteriores a previsão no seu artigo 7º de um rol de direitos dos trabalhadores que visam à melhoria de sua condição social, dentre os quais:

(A) prazo prescricional trintenário para reclamação de FGTS; seguro-desemprego para situações gerais de desemprego.

(B) prevalência do negociado sobre o legislado; piso salarial desvinculado da extensão e da complexidade do trabalho.

(C) décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria; proteção em face da automação, na forma da lei.

(D) liberdade sindical mitigada; seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, como excludente da indenização a que este estaria obrigado, quando incorresse em dolo ou culpa.

(E) igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso desde que sindicalizado; possibilidade de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.

8. FCC - PROC (UNICAMP)/UNICAMP/2022

Assunto: Direito do Trabalho - Fontes do Direito Individual do Trabalho

O tema relativo às fontes no Direito do Trabalho possui um enfoque especial por comportar um relevante elemento diferenciador desse segmento jurídico especializado perante os demais ramos existentes. Nesta seara, a Doutrina considera fontes formais autônomas

(A) a Constituição Federal, as leis federais e as medidas provisórias.

(B) os tratados e convenções internacionais após ratificação e adesão internas e os regulamentos normativos.

(C) as convenções coletivas de trabalho, os acordos coletivos de trabalhos e o contrato coletivo de trabalho.

(D) as portarias, as instruções normativas e as circulares do Ministério do Trabalho.

(E) os usos e costumes, o laudo arbitral no contexto do Direito Coletivo do Trabalho e a sentença normativa.



# NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

## NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

1. FCC - AJ TRT22/TRT 22/ÁREA ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022 DIREITO DIGITAL - LEI Nº 11.419/2006 - Informatização do Processo Judicial

Lindomar, advogado, recebeu a publicação da procedência em parte de uma reclamação trabalhista que tramita por meio de processo eletrônico, disponibilizada em 10/03 (6ª-feira), mas com data de 09/03 (5ª-feira). Ele está em dúvida quanto ao seu prazo para ingressar com recurso ordinário, porque dia 15/03 (4ª-feira) é feriado municipal, e pergunta para uma colega, que esclarece que seu prazo final será em

- (A) 23/03.
- (B) 22/03.
- (C) 20/03.
- (D) 17/03.
- (E) 21/03.

2. FCC - TJ TRT14/TRT 14/ADMINISTRATIVA/2022

Assunto: Direito Digital - Lei nº 11.419/2006 - Informatização do Processo Judicial

Vitor e Marília estão estudando juntos para um concurso público e se depararam com a seguinte questão referente a prazos processuais no processo eletrônico: o Acórdão que negou provimento a um recurso ordinário foi disponibilizado em 11/11 (6ª feira), mas com data de 10/11 (5ª feira). Sabendo-se que o dia 15/11 (3ª feira) é feriado nacional e que em 14/11 haverá expediente normal no Tribunal Regional do Trabalho, a data final para interposição de recurso de revista será

- (A) 24/11.
- (B) 23/11.
- (C) 22/11.
- (D) 21/11.
- (E) 18/11.

3. FCC - TJ TRT2/TRT 2/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018

Assunto: Direito Digital - Lei nº 11.419/2006 - Informatização do Processo Judicial

A Lei nº 11.419/2006, que regulamenta a informatização do Processo Judicial, dispõe que

(A) se consideram realizados os atos processuais por meio eletrônico às 23 horas e 59 minutos do dia do seu envio ao sistema do Poder Judiciário, do que não deverá ser fornecido protocolo eletrônico.

(B) se considera meio eletrônico, para fins específicos da referida lei, toda forma de comunicação a distância com a utilização de redes de comunicação, preferencialmente a rede mundial de computadores.

(C) os documentos cuja digitalização seja tecnicamente inviável devido ao grande volume ou por motivo de ilegitimidade deverão ser apresentados ao cartório ou secretaria no prazo de 10 dias contados do envio de petição eletrônica comunicando o fato, os quais serão devolvidos à parte após o trânsito em julgado.

(D) no processo eletrônico, todas as citações, intimações e notificações, exceto da Fazenda Pública, serão feitas por meio eletrônico, na forma da referida Lei.

(E) quando, por motivo técnico, for inviável o uso do meio eletrônico para a realização de citação, intimação ou notificação, esses atos processuais poderão ser praticados segundo as regras ordinárias, digitalizando-se o documento físico, sendo, porém, vedada posteriormente sua destruição.

4. FCC - AJ TRT22/TRT 22/ÁREA ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Direito Processual do Trabalho - Organização da Justiça do Trabalho (arts. 111-113, 115-116 da CF; 643 a 673 e 681 a 721 da CLT)

Regina, advogada, possui 40 anos de idade e sonha um dia em ser Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, composto por ..I.. Ministros. Para que isso seja possível, Regina, dentre outros requisitos, deverá ser indicada por seu órgão de classe profissional, para compor a vaga destinada aos advogados com mais de ..II.. anos de efetiva atividade profissional, e que tenha mais de ...III... anos e menos de ..IV.. anos de idade.

Conforme previsão na Constituição Federal de 1988, as lacunas I, II, III e IV devem ser preenchidas, correta e respectivamente, por

- (A) 27 – 10 – 35 – 70
- (B) 11 – 10 – 35 – 65
- (C) 17 – 15 – 30 – 70
- (D) 27 – 15 – 35 – 65
- (E) 17 – 20 – 30 – 75

5. FCC - AJ TRT14/TRT 14/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Direito Processual do Trabalho - Organização da Justiça do Trabalho (arts. 111-113, 115-116 da CF; 643 a 673 e 681 a 721 da CLT)

A Dra. Raquel é Juíza do Trabalho substituta no TRT, sendo que para seu ingresso na carreira, ela submeteu-se a concurso público de provas e títulos, sendo exigido que tivesse diploma de bacharel em direito e, no mínimo, **I** anos de atividade jurídica. Sua promoção para Juíza se fará alternadamente por antiguidade e merecimento, sendo que ela terá direito à promoção obrigatória se figurar por **II** vezes consecutivas ou **III** alternadas em lista de merecimento.

Conforme previsão na Constituição Federal de 1988, as lacunas **I**, **II** e **III** devem ser preenchidas, **correta** e respectivamente, por

- (A) dois – três – cinco
- (B) cinco – três – dois
- (C) dois – cinco – três
- (D) três – três – cinco
- (E) três – dois – dois

6. FCC - AJ TRT5/TRT 5/APOIO ESPECIALIZADO/SERVIÇO SOCIAL/2022

Assunto: Direito Processual do Trabalho - Organização da Justiça do Trabalho (arts. 111-113, 115-116 da CF; 643 a 673 e 681 a 721 da CLT)

Os Tribunais Regionais do Trabalho são tribunais especializados em questões de direito do trabalho. Estes estão distribuídos em regiões numeradas, totalizando

- (A) 24 tribunais.
- (B) 27 tribunais.
- (C) 28 tribunais.
- (D) 21 tribunais.
- (E) 29 tribunais.

7. FCC - TJ TRT6/TRT 6/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018

Assunto: Direito Processual do Trabalho - Organização da Justiça do Trabalho (arts. 111-113, 115-116 da CF; 643 a 673 e 681 a 721 da CLT)

Conforme previsões legais sobre a organização, jurisdição, competência das Varas do Trabalho e os serviços auxiliares da Justiça do Trabalho,

(A) como regra geral, a competência das Varas do Trabalho é determinada pela localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado, prestar serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratado noutra local ou no estrangeiro.

(B) cada Vara do Trabalho será composta por um juiz do trabalho, que será seu Presidente, e dois juízes classistas, sendo um representante dos empregadores e outro dos empregados.

(C) não compete à Vara do Trabalho o julgamento dos dissídios resultantes de contratos de empreitadas em que o empreiteiro seja operário ou artífice.

(D) nas localidades em que existir mais de uma Vara do Trabalho, haverá um distribuidor, designado pelo juiz mais antigo do Fórum, exclusivamente dentre o quadro de oficiais de justiça do Tribunal Regional.

(E) a lei criará Varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes de direito, cabendo recurso de suas decisões para o respectivo Tribunal de Justiça.

8. FCC - PROC (PGE AP)/PGE AP/2018

Assunto: Direito Processual do Trabalho - Organização da Justiça do Trabalho (arts. 111-113, 115-116 da CF; 643 a 673 e 681 a 721 da CLT)

Conforme previsão constitucional sobre competência e organização da Justiça do Trabalho,

(A) o Tribunal Superior do Trabalho é composto de 27 Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de 35 anos e menos de 70 anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Congresso Nacional.

(B) em cada Estado e no Distrito Federal haverá ao menos um Tribunal Regional do Trabalho, e a lei instituirá as Varas do Trabalho, abrangendo todas as comarcas, extinguindo-se a atribuição residual de jurisdição trabalhista aos juízes de direito.

(C) compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.